

Sumário

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	21
1. LEGITIMIDADE	27
1.1. Notas históricas sobre a incriminação da gestão temerária no Brasil	27
1.1.1. 1850-1945: O crime de falência culposa	29
1.1.2. 1938-1951: A gestão temerária como crime contra a economia popular	38
1.1.3. 1986: A gestão temerária como crime contra o SFN.....	48
1.2. A teoria do bem jurídico.....	55
1.3. Críticas à teoria do bem jurídico	58
1.4. O reconhecimento dos bens jurídicos coletivos	61
1.5. A modernização do direito penal	63
1.6. O bem jurídico do crime de gestão temerária	69
1.7. Conclusão intermediária	75
2. NECESSIDADE	77
2.1. O sistema financeiro nacional e os tipos de regulação financeira	78
2.1.1. Os riscos no mercado financeiro e de capitais	79
2.1.2. A regulação financeira: conceito, espécies e objetivos	84
2.1.3. Regulação sistêmica.....	86
2.1.4. Regulação de condutas.....	90
2.1.5. Regulação prudencial.....	94
2.2. Banco Central do Brasil: processos administrativos sancionadores julgados entre 2016 e 2023	96

2.3.	A estabilidade do sistema financeiro nacional	105
2.4.	Conclusão intermediária	109
3.	ADEQUAÇÃO	111
3.1.	Tipo objetivo	111
3.1.1.	As discussões sobre a violação ao princípio da legalidade	112
3.1.2.	Conceito de gestão	115
3.1.3.	O que é gerir temerariamente instituição financeira?	120
3.2.	Tipo subjetivo	141
3.3.	Concurso aparente de normas	155
3.4.	Sujeito ativo	158
3.4.1.	Concurso de pessoas no crime de gestão temerária	171
3.5.	Sujeito passivo	177
3.6.	Conclusão intermediária	179
4.	PARÂMETROS PARA READEQUAÇÃO DO TIPO PENAL	181
4.1.	Alemanha	182
4.2.	Inglaterra	191
4.3.	Brasil	195
4.3.1.	Os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional	195
4.3.2.	Parâmetros: crime econômico-patrimonial praticado por violação grave dos deveres de administrador de recursos de terceiros e de operador do sistema financeiro nacional	200
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
	REFERÊNCIAS	211
	APÊNDICES	231